

ATA N.º 4.2/XIV/2026

Sessão Ordinária abril/2026

2ª Reunião - 04/05/2026

Aos quatro do mês de maio do ano dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas e seis minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a 2ª Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre o último ponto da Ordem de Trabalhos:

- 1 – Período de Intervenção do Público;
- 2 – Período Antes da Ordem do Dia:
 - 2.1 – Informações das Comissões Permanentes;
 - 2.2 – Outros;
- 3 – Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Atas do XIV Mandato 2025-2029:
 - 3.1.1 – Ata nº2.1/26 – XIV Mandato – Sessão Ordinária de fevereiro – 1ª reunião – 27.02.2026;
 - 3.1.2 – Ata nº2.2/26 – XIV Mandato – Sessão Ordinária de fevereiro – 2ª reunião – 07.03.2026;
 - 3.2 - Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao Exercício de 2025;
 - 3.3 - 2ª Revisão ao orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano;
 - 3.4 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

Em conformidade com o nº4 do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, atendendo a que o 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado João Palma, pediu a sua substituição, o Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, designou o Deputado Daniel Justo para a composição da Mesa.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

No Grupo Municipal do Partido Socialista:

- Carmen Sofia Pereira Lima foi substituída por Adriana Rossas Bertolini Palma
- Lídia Maria Lima Monteiro foi substituída por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- João Pedro Oliveira Vargas da Palma foi substituído por Renata Isabel Rêgo Rosa

No Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária:

- João Carlos Alves Faim foi substituído por Eli Andrea Matias Dias Barros Rodrigues
- Susana Isabel Horta Martins foi substituída por Hélia Marta Nobre Palma

No Grupo Municipal do Partido CHEGA:

- Valter Fradinho Vidigal Antunes foi substituído por Leandro Pedro Nogueira de Jesus Mósca
- Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, foi substituído pela Vogal daquele Órgão, Lara Isabel dos Santos Nunes Colaço

Verificação de ausências:

- Verificou-se a ausência de Diogo Domingues Louro.

Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e os Srs. Vereadores Alfredo Rodrigues Vieira, João Pedro Vaz Figueiredo, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Joana Sacoto Neves de Santos Flores, Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro, António Carlos Pedrosa Pereira, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa e Sónia Sofia Bastos Duarte Queiroz.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

NOTA: Por motivos logísticos o registo áudio desta Reunião só ficou gravado a partir das vinte e uma horas e dez minutos, pelo que a transcrição da presente Ata só é possível a partir desse exato momento.

3.4 - Apreciação da Atividade Municipal

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Presidente da Câmara Municipal para apresentar o documento.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

(...) ou não, da água, das análises das amostras de água que pedimos na envolvente.

Também tem aqui a reunião, neste caso, com a Amarsul, que dissemos que não nos revíamos, neste caso, na verba dos ativos e mais valias que iriam reverter a favor do privado, não porque tenhamos alguma problema contra o privado, mas porque, face às taxas que atualmente nos são cobradas, neste caso, dizer Amarsul, mas também aqui a Simarsul, como podem ver na página 21, não podíamos acompanhar uma proposta que favorecesse a transferência de mais valias, no caso da Amarsul, para os privados.

Tal como não votámos, nem numa nem noutra, seja na Amarsul ou na Simarsul, o voto de louvor ao conselho de administração destas duas entidades que, como todas as dificuldades, problemas e ocorrências que nos têm acontecido. Não estou a dizer que para o administrador principal, aquele que detém 51% da percentagem destas empresas, não tenha feito uma boa gestão, visto que não deram prejuízo e noutras até deram mais valias, mas enquanto, neste caso, também clientes, e em representação de todos os clientes do concelho da Moita, que são os cidadãos do concelho da Moita, não poderia votar de forma favorável em sua representação.

Também fiz questão de o dizer e de o assinalar aqui publicamente, e vêm aqui essas duas fotografias nessas duas reuniões, que eu acho que era aquilo que mais importa destacar, porque tanto a Amarsul como a Simarsul, atualmente, representam um forte peso na nossa fatura da água e, mais que não seja, primeiro, assinalar que não estamos satisfeitos nem nos revemos neste modelo de financiamento que recai sobre as pessoas e que, por outro lado, em particular, dizer que, para o que pagamos continuamos a achar que deveríamos ser muito melhor servidos face àquilo que verificamos.

Também temos aqui as reuniões com as diferentes entidades que aqui aparecem. Deixar claro, se alguma dúvida, alguma questão houver, estaremos disponíveis para qualquer esclarecimento que os senhores Deputados Municipais considerem necessário. Tem aqui também as intervenções que temos feito, devidamente quantificadas e numeradas, e algumas delas até acompanhadas de imagens, por isso deixo à vossa consideração.

Salientar e sinalizar também, aqui na página número 86, também ficou aqui representado e referenciado o apoio que demos no âmbito da intempérie que aconteceu em Leiria. Eu acho que é significativo, o concelho de Leiria, fruto das intempéries que aconteceram, viu-se visado e precisava de apoio, e a Câmara Municipal, ainda que sabendo que também nós temos muitas necessidades, e é verdade, acontece que ser altruísta e ter empatia pelo próximo é perceber que apesar de nós precisarmos, havia, naquele momento, um conjunto de pessoas, cidadãos que vivem em Portugal, leirienses, e neste caso também da Marinha Grande e outras localidades, mas neste caso decidimos acorrer à Leiria, outros municípios foram a outros municípios e a outras localidades, fazer o nosso pequeno contributo que, somado a outros, tem enorme impacto.

Depois também se pode ver aqui na página 297 o trabalho contínuo que é feito de requalificação dos nossos parques, e verificar que é necessário e continuamos a recuperar o mobiliário urbano em todas as freguesias, um trabalho que é hercúleo, mas está e continua a ser feito.

Dito isto, senhores Deputados, fica à vossa disposição para qualquer esclarecimento que considerem necessário.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocado relatório à discussão intervieram:

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“A análise que fizemos deste relatório confirma aquilo que também referimos no relatório anterior, e começaria pelos pontos positivos, e existiram vários ao longo deste documento, nomeadamente, a manutenção do espaço público, rede viária, a resposta à tempestade Kristin, a promoção cultural e desportiva nos vários eventos que a Câmara foi realizando. No entanto, observamos neste primeiro trimestre outras situações que merecem o nosso destaque e que gostaríamos de aqui referir. E que me desculpe o Executivo, mas o reparo já tinha sido feito anteriormente, mas parece-nos que grande parte deste documento é um exercício de promoção publicitária.

Se não vejamos. 26 páginas dedicadas ao Gabinete de Apoio e à Presidência com inaugurações, visitas, aniversários, etc. E referimos, mais uma vez, que esta questão institucional é muito importante, mas não tem grau de importância entre as várias temáticas que foram sendo acompanhadas pelo Executivo, e eu acho que isso deveria constar neste relatório. E o relatório apresenta números como se fossem, por si só, um sinal de sucesso e não encontramos aquilo que nos interessa, de facto, analisar que é os indicadores de gestão, onde estão as metas, onde estão os resultados, e dou um exemplo concreto, a taxa de absentismo é 21%.

Este número, em qualquer empresa, e no Executivo camarário também, obriga uma reflexão e análise para além de um simples registo estatístico. O relatório não apresenta comparação histórica, não identifica as áreas mais afetadas, não avalia o impacto na qualidade do serviço prestado aos munícipes e não indica medidas de mitigação ou possível resolução deste problema. Ou seja, quem lê o relatório fica com a nítida sensação que este dado é apresentado como se fosse inevitável, um dado adquirido, mas eu acho que exige alguma reflexão.

Mas vamos aos indicadores financeiros. Página 80 e 81 confirmam o que os munícipes de facto sentem também no dia-a-dia. As despesas de capital, que de uma forma simples, para quem nos ouve lá em casa, representam o investimento que o município faz em infraestruturas, terrenos, equipamentos, estradas, pontos etc., ou seja, investimento na melhoria do concelho, e este investimento está a 9% no primeiro trimestre. Ou seja, não sabemos, se aqui os 9% é muito, é pouco, é assim assim, quanto a nós, e face à média nacional entre 12% e 18% é pouco.

Nós sabemos que a partir do segundo trimestre o investimento arranca com maior velocidade, mas de facto estes 9%, que já tinha sido assim no ano anterior, é também um número para pensar, portanto, é inferior à média nacional, e estes 12% e 18% são dados consolidados no portal autárquico da DGAL e do Conselho de Finanças Público. Ou seja, há dois anos que a Moita teve o seu investimento no primeiro trimestre neste meio banho-maria. A despesa corrente, essa sim, já vai em 21%. Ou seja, a máquina cresce e o concelho permanece estagnado.

Este orçamento, em nosso entender, reflete pouco planeamento. Ou seja, em 90 dias registaram-se seis modificações orçamentais, embora duas delas, como já falámos na Assembleia anterior, sejam uma revisão normal, por via da incorporação do saldo transitado da gerência anterior, as quatro alterações subsequentes, num trimestre, não evidenciam planeamento. Eu acho que tem a ver mais com o improvisado e demonstra que o orçamento inicial era uma ilusão.

E ilusão, ao que parece, também são os fornecedores verem as suas faturas pagas a tempo e horas. Porquê? O prazo médio de pagamento, segundo o que consta neste relatório, é de 70 dias, embora não exista, em nenhum lado oficial, esta evidência dos 70 dias, porque geralmente esta informação dos 70 dias estão validados e introduzidos no CISAL, que é o site de DGAL. Aliás, que se refira também que o registo trimestral é obrigatório. Portanto, nós temos os números até dezembro de 2025, mas no CISAL não temos mais nenhuma atualização, pelo menos não está validada ainda, do primeiro trimestre. Ainda assim, estes 70 dias são acima dos 60 dias de limite máximo e muito acima do prazo ideal de 30 dias fixado pela Lei nº 62 de 2013. E, desde 2024, que temos assistido a uma deterioração destes prazos de pagamento, passando de 45 dias no final de 2024 para 81 dias no final de 2025.

Ou seja, isto representa um agravamento de 84% no prazo de pagamento de faturas num ano. Portanto, em dezembro teríamos 81%, os 70% que é referido neste primeiro trimestre, não sei se será assim, é o que está no relatório. Embora muitos fornecedores possam ser de fora do concelho e ter contratado 60 ou 90 dias com o município, a consequência direta deste tipo de gestão é quase a expulsão de empresas locais de contratação de serviços, porque micro e pequenas empresas não aguentam 3 meses sem receber pagamento.

Denotamos também que a tesouraria está a meio gás nestes primeiros 3 meses. Foram processadas 4.411 faturas e só foram pagas 2.046. Ou seja, mais de metade das faturas por pagar. Isso explica os 70 dias. Não é falta de dinheiro, é gestão de tesouraria à custa do fornecedor, é aquilo que nos parece. Portanto, neste primeiro trimestre temos as prioridades invertidas, a despesa corrente está executada a 21% e a despesa de capital a 9%. Ou seja, a estrutura pesa duas vezes e meia mais que o futuro e o investimento no concelho.

Sr. Presidente, tenho a dizer isto, este relatório é um assumir, nestes primeiros 3 meses, que alguma coisa não corre bem. Não investem, não pagam a tempo, o planeamento pode-se dizer que é deficiente também e gastam 26 páginas com propaganda do Executivo.

Aquilo que nós gostaríamos de ver no próximo trimestre, e é isso que nós solicitamos, que os próximos relatórios demonstrem uma maior capacidade de gestão. Quanto a este relatório, que agora é apresentado, é nitidamente um instrumento de publicidade e promoção, peço desculpa pela sinceridade, mas é assim que nós o vemos, que não permite analisar de forma mais granular toda a atividade da Câmara neste primeiro trimestre. Disse.”

Deputado Guilherme Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Seguindo aqui para a apreciação da atividade municipal e que o Sr. Presidente, apesar de termos visto o documento com atenção, aqui de forma resumida nos apresentou, nós gostávamos de perguntar ao Sr. Presidente, ou ao Sr. Vereador, qual é que é a fase em que estamos relativamente ao acordo de colaboração estabelecido com o Ministério de Educação, Ciência e Inovação, que tem em vista a abertura e funcionamento de 13 salas de educação pré-escolar. Isto porque parece-nos que é um aspeto importante, temos aqui um timing também exigente, sabemos que é um processo complexo, mas bastante necessário para o desenvolvimento da resposta educativa no nosso concelho, portanto, seria importante também ter informações sobre isso. E nesta fase em que passou este primeiro trimestre, seria importante termos conhecimento desse trabalho que está a ser desenvolvido. Disse.”

Vogal da Junta de Freguesia da Moita, Lara Colaço, do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Infelizmente o Sr. Presidente hoje, e por motivos pessoais, não pôde estar presente, no entanto, não posso deixar de registar que hoje a Junta de Freguesia ficou algo contente, não é, ou congratula-se, com o facto de nós sabermos que a proposta que hoje foi levada à reunião de Câmara acerca das transferências de competências não foi aprovada. Esta Junta de Freguesia, e tal como eu penso que posso falar pelas restantes, ficam deveras contente de poder voltar à mesa de negociações e podermos falar de novo neste processo de transferência de competências.

Relativamente àquelas competências que não nos são transferidas, e entre as quais estão as deservagens na periferia, hoje a Junta de Freguesia esteve presente no Penteadado e reunida com algumas pessoas, não apenas de um bairro, mas de alguns bairros do Penteadado, e aquilo que nós temos para dizer é que aquela parte da periferia, em termos de deservagens, continua numa forma lastimável e que também necessita, aquele bairro, o Penteadado, também necessita de alguma atenção.

Também questionar, porque no outro dia também passámos junto à estrada do Rosário, mais propriamente junto à Freira, e o ano passado em conjunto com a União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos instalámos uns equipamentos de desporto e lazer. O que é que acontece? Deparámos que as ervas foram cortadas antes dos equipamentos e depois dos equipamentos, mas perto dos equipamentos não foram cortadas. Queremos saber, queremos questionar se aquela zona vai ser intervencionada, o que é que se passa por cortarem num lado e não cortarem perto dos equipamentos.”

Deputada Vivina Nunes do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Sr. Presidente, recebemos hoje a resposta a um requerimento feito no dia 3 de março, que agradecemos, mas para nos dizerem, passado dois meses, que não houve reuniões e não houve relatórios, portanto, dois meses para nos darem esta resposta, acho que foi tempo demasiado. De qualquer maneira, referem e justificam porque é que não houve as reuniões da comissão de acompanhamento da descentralização, estamos a falar na transferência de competências do Estado

Central para a Câmara Municipal, referem que foi por falha da DGESTE que não houve em 2025, e que o último que temos é de 2024. Também fiquei espantada porque durante o mandato passado era vereadora da Câmara, pedi sempre os relatórios e nunca me fizeram chegar, portanto, só queria deixar este apontamento.

Depois, rapidamente, três questões, penso que rápidas e que são também de rápida resposta.

Na estrada dos Brejos esteve um abatimento que foi resolvido, mas entretanto voltou a abater e agora já está há bastante tempo, e tenho nota dos moradores que está bastante mal sinalizado, podendo até haver problemas de acidentes, portanto, perguntar à Câmara Municipal se está dentro do assunto e o que é que se passa com aquele abatimento.

Depois, também tenho por nota de alguns cidadãos do nosso concelho que a iluminação entre o sítio das Marinhas e o Rosário também está sem iluminação. O que é que se passa porque parece que já é há bastante tempo.

Por último, uma nota que nos tem chegado e que nós também temos notado, a estrada do Matão, que é tantas vezes aqui referida e que agora tem dois sentidos, tem efetivamente muito mais trânsito, o que nos coloca aqui algumas questões que têm a ver com a segurança. No que diz respeito para a Caldeira, não há nenhum tipo de segurança, de travamento, não sei bem o nome, e com os dois sentidos, havendo mais trânsito, parece que é mais complicado se houver ali um acidente, rapidamente o carro cai à água e então se tiver maré alta as coisas podem se complicar, portanto, se está estudada alguma questão para fazer esse tipo de resguardo.”

Deputado Pedro Mateus do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Sr. Presidente, a minha pergunta era no sentido de, atendendo ao inverno chuvoso que se fez sentir, quando é que se iniciou o processo de deservagem, não só para a Moita, mas para o concelho.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vou agora dar a palavra à Câmara Municipal para uma primeira ronda.

Já agora, Sr. Presidente, desculpe-me só um bocadinho, fechamos com mais uma, para ser a sexta.”

Deputado António Chora do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

“Quería só colocar aqui algumas questões. Começaria por me congratular pela última campanha de tapa buracos que foi feita na Baixa da Banheira, que já demorava a fazer, mas que efetivamente foi feita esta semana, tanto quanto sei, mas queria deixar aqui alguns reparos com aqueles que não foram tapados e com aqueles que continuam tapados mas alcatroados, que é os abatimentos.

Vamos à rua da Liberdade, já há carros que batem com o fundo nos desnivelamentos, no abatimento que estão a ter alguns dos buracos, alguns que até foram tapados há pouco tempo. O maior de todos eles, posso vos dizer, está mesmo junto ao depósito de água e os carros já batem com o fundo se tiverem o azar de passar por lá. Depois, quando se chega quase ao pé da Igreja temos outro, temos um buraco que não foi tapado no entroncamento da mesma rua da Liberdade com a rua Alves Redol, e que está a abrir cada vez mais, e temos outro junto a uma tampa de uma caixa de esgoto, ou de águas pluviais, também no entroncamento entre a rua da Liberdade e a rua Alexandre Herculano, que obriga os carros a fazer um contorno terrível.

Portanto, isto são algumas das questões, mas aquelas que me estão a preocupar sinceramente são os abatimentos que se estão a verificar, o afundamento dos buracos que foram recentemente tapados na rua da Liberdade, e acho que a Câmara Municipal devia, ou os serviços da Câmara neste caso, deviam mandar ver o que é que se está ali a passar, tal como na rua que fica em frente à igreja, agora está me a faltar o nome, a que vai para o jardim das Laranjeiras, na Igreja. Essa também os buracos que foram tapados estão a abater de uma maneira que parece que cada dia estão mais fundos, portanto, queria deixar aqui este alerta para não haver problemas de maior.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Portanto tivemos seis intervenções, agora a Câmara Municipal e depois haverá a nova ronda pelos senhores deputados. Sr. Presidente, se faz favor.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Antes de mais, começar por responder ali ao Sr. Vítor Cardoso. A Câmara Municipal, neste caso, e aquilo que eu mostrei no relatório passado, o relatório e contas, que criou tanto incómodo, é que a

Câmara Municipal não passou com dívidas a fornecedores. Era isso que eu queria dizer. Uma coisa é ter dívida a fornecedores, depois existe o serviço da dívida e existe a dívida de gestão, por isso, se a Câmara Municipal não tivesse uma boa tesouraria não transferia e não transitava a verba de uns anos para os outros, por isso que fique claro, e uma coisa que depois existe são as depreciações e as outras situações.

Respondendo à questão que me coloca diretamente relativamente ao absentismo, como calcula, e se calhar já se deu nota, todos, desde que nascemos, não vamos para mais novos, ficamos todos cada vez mais velhos, é uma condição natural da vida, e o que acontece é que nós, por norma, quando envelhecemos começamos a apresentar mais comorbidades, mais doenças, que se costuma dizer da idade, entre outras coisas. Depois, sabendo nós que a nossa média etária da Câmara Municipal, não se esconde, a média é superior aos 55 anos, a nossa média de idade dos trabalhadores da Câmara é 55 anos, ou seja, entre os 60 e 64 anos temos 226 trabalhadores, entre os 65 e 69 anos temos 77 trabalhadores.

É normal, já para não falar que as pessoas mais novas também podem adoecer, que existam muitas recorrências, muitos incidentes e muitas situações dessas. A menos que o senhor Deputado Municipal, e há aqui duas questões, ou nós achamos que as baixas e os seguros são fraudulentos e temos que atuar, ou achamos que é o que aqui temos e lamentar e esperar, tentar rejuvenescer, dentro daquilo que é possível, contratando pessoas, sendo que, e também deixar claro, a Câmara Municipal quando contrata pessoas não faz distinção por idade. Não faz distinção por idade, por isso podemos abrir um concurso e entrar uma pessoa com 60 anos, e já aconteceu, e mais, por isso nós não fazemos distinção. Isso que fique claro, desde que fique apta no concurso pode entrar na Câmara Municipal, e já aconteceu no mandato anterior.

Por isso, é um trabalho constante que temos que fazer e ter essa atenção e esse cuidado, mas não há muito que possamos fazer em relação a isso. Trabalhando da forma como trabalham, não fazendo distinção pela idade, não indo atrás dos trabalhadores, que é o normal e, desde já, aproveitando que estamos a falar dos trabalhadores, agradecer porque houve pessoas que não perceberam este pequeno grande detalhe. Houve o Dia do Trabalhador, no Dia do Trabalhador não se fez a recolha de lixo, o fim de semana passou a ser maior e mais prolongado, e é normal que houve acumulação de lixo.

Mas eu acredito que todos que queremos saudar e valorizar o Dia do Trabalhador, porque se as outras pessoas têm direito ao feriado, os trabalhadores da Câmara no Dia do Trabalhador também o tiveram, só para deixar essa nota, da mesma maneira que se verifica em outras alturas do ano. Por norma, o feriado não calha à sexta-feira, calha noutros dias, e por norma não se sente tanto, houve maior acumulação também por causa disso. Aproveitar também já para dar essa nota de esclarecimento.

No que diz respeito aqui à questão colocada pela senhora Lara Colaço, que vem em representação da Junta, em primeiro lugar, duas ordens de razão para que fique claro. Primeiro, acho que as outras Juntas ainda têm voz própria, não sei se está mandatada para o efeito para fazer comentários em nome de outras Juntas de Freguesia, mas fica o registo. Depois, dar nota, no que diz respeito às deservagens, que é muito simples, no dia 11 deste mês vai começar um contrato que nós temos, específico para as deservagens, que visa, neste caso, reforçar a atividade corrente que já temos.

E neste caso, e aqui aproveitar também no capítulo das deservagens, permitam-me agradecer a dois autarcas que estão aqui hoje, que é o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos e o Sr. Presidente da Junta de Alhos Vedros, que embora não tenham essas competências delegadas, por norma, costumam também apoiar a Câmara Municipal nesse trabalho. E não seria justo, comigo próprio, se não o fizesse, e já que estamos a falar nessas questões, se não ressaltasse e não desse esse ênfase, porque bem sabemos o quanto é fácil fazer equipamentos, mas depois o mais difícil é conservá-los. E para todos aqueles que fazem, mas também contribuem para a sua conservação, temos que enaltecer.

Depois, dar nota, no que diz respeito àqueles equipamentos de desporto que estão entre o Gaio e a Moita, a Câmara Municipal ainda se encontra lá no local a fazer a limpeza, por isso ainda será feita.

No que diz respeito à iluminação da estrada do Gaio Rosário, aproveitar, já agora, para dizer que já reportámos várias vezes à E-redes. No outro dia, em jeito de brincadeira, que não levem nada disto a sério, esta parte que eu vou dizer a seguir, vimos um carro da E-redes em Sarilhos Pequenos, dissemos “não vamos deixar mais sair esta viatura daqui até que nos arranjem os problemas todos do concelho”, porque é isso que dá vontade tamanhas que são as carências e as necessidades que existem no concelho. A verdade é que não o podemos fazer e as empresas têm autonomia para desenvolverem a sua atividade.

Dizer que sim, ao Deputado Municipal António Chora, que a Câmara Municipal da Moita desenvolveu um procedimento e tem vindo a tapar os buracos, não só aí, em vários pontos do concelho, mas em algumas das estradas em que agora tapamos os buracos, seja na Baixa da Banheira, Alhos Vedros, Gaio-Rosário, Sarilhos Pequenos, em qualquer uma das localidades, algumas delas fazem parte

daquela listagem de intervenções que vão iniciar agora em maio. O que nós acreditamos é que as pessoas não podem esperar até que as intervenções se façam e não entenderiam, e com toda a razão, que os buracos permanecessem em aberto e tudo fazemos para resolver essa situação.

Algo que me está a preocupar é a avenida 1º de Maio. Temos que avançar rapidamente para a substituição da rede, neste caso de esgotos e das pluviais que lá existe, porque cada vez os abatimentos são mais, embora a estrada seja relativamente recente. Como não foi feita no passado aquela intervenção, só se meteu alcatrão por cima, agora padecemos de problemas graves nessa área e cada vez temos mais abatimentos. E sim, temos abatimentos que vamos tentando resolver, mas o problema está nas infraestruturas que temos de trabalhar para desenvolver esse procedimento de infraestruturas e esses projetos, para fazermos primeiro o saneamento e as pluviais e depois fazermos a repavimentação da via, porque é assim que se trabalha corretamente.

Dizer que, e é mais fácil, às vezes, ir pelos nomes dos estabelecimentos ou antigos estabelecimento comerciais da Baixa da Banheira do que ir propriamente pelas ruas em si, mas uma das ruas, não é essa da Igreja é a outra paralela àquela rua que vai da Igreja, que já está muito esburacada e também essa vai ser repavimentada. A avenida da Liberdade e outras vão ser todas repavimentadas também. É essa mesmo, a do União Banheirense, muito obrigado por ter dito. Essa será uma das que está na lista para ser repavimentada. A Aquilino Ribeiro também vai avançar um procedimento para que seja repavimentada aqui na Moita, mas aí já envolve as infraestruturas enterradas que também vão ser feitas.

Por isso, vamos repavimentar muito, quer por ação direta da Câmara, quer resultante dos investimentos que estão a acontecer e de taxas que a Câmara deixa de receber, mas a contrapartida é a execução dos trabalhos na via pública. E que fique claro, taxas que a Câmara Municipal da Moita deixa de receber. E agora, se me permitirem, passo a palavra ao Sr. Vereador António Carlos Pereira para que fale aqui daquilo que o Deputado Municipal Guilherme colocou relativamente às escolas.”

Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira

“Sobre esta questão que coloca ao Executivo, relativamente ao alargamento e àquilo que é o protocolo de colaboração do Ministério de Educação, Ciência e Inovação com o Município da Moita, neste protocolo que celebrámos em setembro do ano passado, para o alargamento daquilo que é a rede e o número de salas de ensino pré-escolar para crianças dos 3 ou 5 anos, dizer-vos que o município, nós, Executivo, junto com as equipas técnicas dos nossos departamentos, da nossa divisão de projetos, obras e empreitadas, continuamos empenhados em fazer este alargamento deste número de salas, na reconversão de espaços físicos a partir já das nossas escolas.

Tentámos e identificámos e fizemos essas visitas técnicas em cada uma das escolas que foram possíveis de fazer esta ampliação, esta reconversão de espaços, e neste momento, estamos em duas fases. Uma primeira fase, uma projeção para mais sete salas de ensino pré-escolar, em quatro contextos, em quatro zonas distintas, zonas mais rurais, zonas mais urbanas, zonas mais ribeirinhas, portanto, é esta a proposta que nós temos.

Obviamente, temos aqui um parceiro, e este que é o parceiro que faz o financiamento por via deste protocolo de parte desta verba, daquilo que é o alargamento desta rede e deste número de vagas no ensino pré-escolar, que é o Ministério de Educação, Ciência e Inovação, que estamos a aguardar, estamos em maio, e por norma, em janeiro, fevereiro, nós fazemos uma reunião de rede, uma reunião do Movimento Anual da Rede Escolar, e portanto estamos em maio e ainda não temos nenhuma informação relativamente a esta reunião. Fazemos a reunião com os diretores dos agrupamentos de escola, onde fazemos a projeção daquilo que vai ser o próximo ano letivo, e estamos com sérias preocupações naquilo que é a preparação do próximo ano letivo, o ano letivo 26-27.

Sobretudo aqui por este compromisso que nós, como acabei de dizer, temos nesta primeira fase, destas sete salas identificadas, nesta reconversão, requalificação de espaços pertença do município. São investimentos, nós não vamos fazer a construção de raiz, vamos fazer sim esta reconversão de espaços já dentro das escolas, para aumentar com os capitais, sejam do município, daquilo que é as nossas formas e financiamentos de poder assegurar este alargamento e, obviamente, com a parte da participação por via do protocolo de colaboração.

Precisamos e muito de compromissos, precisamos e muito de haver aqui, de forma clara para o município, este protocolo para 26-27, naquilo que é a continuidade destas responsabilidades. Temos que ter certezas sobre os financiamentos que vamos poder beneficiar por via deste protocolo, mas da nossa parte dizer que os estudos estão feitos, as visitas técnicas estão feitas, os mapeamentos estão feitos, a motorização sobre aquilo que vão ser a execução dos trabalhos ela está feita. Temos uma previsão de 10 meses para termos estas 7 salas a poderem funcionar.

Estamos, como disse, a aguardar pelo aquilo que é a rede, aquilo que é este Movimento Anual da Rede Escolar, estar com os diretores dos agrupamentos, estar com o delegado regional, que nesta altura, nesta indefinição, se será DGESTE, AGSE, se será CCDR. Estamos aqui nesta indefinição, porque temos claramente de ter presente quem está connosco neste processo, temos de ter os educadores que estejam autorizados, o quadro de pessoal enquanto pessoal não docente, para podermos estar seguros que vamos fazer este investimento, que estávamos perto de 700 mil euros, portanto esta é a informação que tenho para vos dar. 700 mil euros é aquilo que é a projeção, aquilo que as nossas equipas técnicas estão a apontar nesta reconversão por salas, para as 7 salas que apresentei em diferentes contextos.

Numa segunda fase, estamos a identificar outros espaços que podem ser reconvertidos e requalificados, espaços também pertença do município, que estão subaproveitados, que não estão a ser utilizados para as necessidades que o município, neste momento, e a gestão municipal está a identificar, portanto também estão naquilo que possa ser esta apreciação neste estudo, junto com as nossas equipas técnicas, fazermos esta apreciação para este alargamento para as tais 13 salas deste ensino pré-escolar, portanto é esta a informação que tenho para partilhar convosco.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vamos começar então a nova ronda.”

Deputado Sr. João Soeiro do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Eu ia perguntar, se calhar, já foi respondida em parte, ou no todo, acerca do ponto de situação do processo de repavimentação recentemente anunciado. O Sr. Presidente falou que é em maio, maio é este mês, portanto aí a resposta está dada.

Gostava também de saber em que ponto de situação se encontra a instalação do quiosque no Parque Zeca Afonso na Baixa da Banheira, que se espera que, a exemplo do que aconteceu com o da Moita, seja uma mais-valia que veio acrescentar uma enorme dinâmica ao Parque, e o que aconteceu na Moita esperamos na Baixa da Banheira também, e gostava de saber em que ponto de situação está o arranque desta obra. É só.”

Deputada Eli Rodrigues do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu queria só fazer referência, porque só encontrei esta palavra uma vez no relatório de atividades, que é amianto. E porquê esta palavra amianto? Porque no passado o PS fez disto uma bandeira na Câmara Municipal. Uma bandeira durante anos, e alguns dos que estão presentes, que são deputados do PS, acusaram várias vezes o antigo executivo da CDU, mas o que é verdade é que a única frase que encontro é o mapa de trabalho e consulta ao mercado da ex-Socorquex, e nem sobre o Matão vem cá descrito. O problema já vai para 5 anos e o que depreendo é que isto é para continuar e os trabalhadores vão continuar a trabalhar sob amianto. Tenho dito.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Só uma breve nota também, também já não tenho muito tempo, mas só para referir e focar um bocadinho na resposta do Sr. Presidente relativamente aos 21% de abstenção.

Podemos falar um pouco sobre isso. É verdade que o setor público está envelhecido, mas isso, de facto, não explica os 21%. Se a idade fosse determinante, todas as câmaras que têm também pessoal mais nesta faixa etária, teriam esta taxa de absentismo e várias delas têm de 8% a 10%.

A diferença é de facto a gestão, não é a biologia. Soluções possíveis, eventualmente a pensar, mapas de risco, planejar substituições, e eu acho que já fazem tudo isto, mas importa referir novamente, porque se fazem, se calhar, não estão a fazer da melhor forma. Adaptar os postos de trabalho, a ergonomia, tudo o resto, e ter uma política de saúde ocupacional séria. Portanto, apontamos o problema, mas também damos aqui algumas sugestões se quiserem reforçar ou rever.”

Deputado João Romba do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“A pergunta é muito rápida. Como sabem, sou um homem também do rio e um apaixonado pelas embarcações típicas do Tejo, e há uma preocupação que tem vindo a nascer já há algum tempo no cais da Moita, que é o assoreamento do canal de acesso à Moita. Como é de conhecimento, as portas de maré têm estado sem funcionamento, por alguma razão que o Sr. Presidente pode dar para elas estarem assim. E a pergunta é se há previsões de reparação para voltar a pôr em funcionamento as portas de maré, para que o propósito porque elas foram construídas continue a fazer o seu trabalho.

Elas estão a fazer 15 anos, praticamente, desde que foram inauguradas, em 2011. Fazem em setembro de 2026 15 anos, fizeram o seu propósito e com esta falta de funcionamento metem em causa o canal navegável, portanto era importante, nem que fosse a meio gás, entre aspas, que elas estivessem em funcionamento. Provavelmente têm alguma reparação que é necessária fazer e provavelmente até é avultada, mas a nota que deixo é que era muito importante que elas continuassem a funcionar.”

Deputado Pedro Ribeiro do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu quero aqui relevar uma dificuldade com que muitos municípios se deparam nas suas deslocações pendulares diretas a Lisboa, nomeadamente, as carreiras 4701 e 4741, não havendo uma ligação direta e eficaz a Lisboa. As carreiras existentes da TML não respondem às necessidades da população e a mobilidade do concelho tem de melhorar e não pode estagnar. Tenho dito.”

Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Jorge Picoto, do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Sr. Presidente, nós lamentamos e ficámos preocupados que os contratos interadministrativos de delegações de competências não tenham sido aprovados, até porque em relação à União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos nada temos a apontar. Nós revemo-nos nos autos e naquilo que foi negociado. Era só.”

Deputada Susana Vasques do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu só tenho aqui um apontamento sobre este relatório, para além do que os meus colegas já falaram. É sobre o quiosque da Marginal. Vimos que, em hasta pública, foi arrematado com uma renda de 3.300 euros, o que nos parece um valor elevado. Apontamos isto porque vemos que o quiosque do Parque da Moita teve uma receita de 269,35 euros em março e parece-nos ser uma diferença abismal.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Dou agora então a palavra à Câmara Municipal para poder responder. Houve sete intervenções, depois teremos nova ronda. Faz favor, Sr. Presidente.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“É assim, responder a todas estas questões com um minuto e vinte e dois, mas vou tentar fazer o meu melhor. Relativamente ao quiosque...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Peço desculpa Sr. Presidente. Se todas as bancadas estiverem de acordo, e uma vez que temos muito tempo, daríamos mais cinco minutos a cada bancada e também à Câmara Municipal. Ninguém tem nada a opor? Então, Sr. Presidente, faz favor. Tem mais cinco minutos além deste tempo.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Relativamente ao quiosque na Baixa da Banheira, sim, estamos a trabalhar para esse efeito, para lançar o concurso também para que ele possa avançar, e com isto respondo já à última questão que aqui foi colocada relativamente ao quiosque. A disparidade de preços, de valores, e a Câmara Municipal não tem receita, existe uma verba que entra no capítulo das receitas, mas é por outra via, não se pense que a Câmara Municipal está a trabalhar no quiosque da Moita, é porque a Câmara Municipal leva à hasta pública e as pessoas propõem ir a um determinado valor. E esse valor, no Parque da Moita, ficou em 500 euros, no da Marginal ficou em 3.300 euros, e foram as pessoas que se autopropuseram esse valor.

É o que é, depois é uma situação que, a seu tempo, teremos, certamente, que conversar todos, mas isso é para outro âmbito, e primeiras as pessoas que eu tenho que informar são os senhores vereadores.

Depois, no que diz respeito à questão colocada pela Deputada Municipal Eli Rodrigues, dizer-lhe que sim, falamos pouco no amianto, seja no Matão ou na ex-Socorquex. Como deve saber, ou calcula, ou deve estar informada, o amianto só se torna perigoso quando está partido. Mas, deixar clara uma situação em particular, o objetivo da Câmara Municipal da Moita, ou pelo menos deste Executivo, é criar as condições para sair do Matão e para sair da Socorquex. E aí esperemos, quando chegar à altura, que os eleitos da CDU e dos outros partidos nos acompanhem nesse desiderato, que é deixar-nos estar

naquele local para umas instalações novas, por isso espero que nos acompanhem nisto pra o qual queremos trabalhar.

Respondendo aqui ao Deputado Municipal Pedro Ribeiro, dizer que, atualmente, está a decorrer um estudo para o lançamento de um novo contrato na TML, como os senhores deverão saber, que tem a ver com a mobilidade, e que será avaliado no quadro das necessidades existentes, porque o contrato passado foi teórico, entrevistas feitas a pessoas, de perceção das deslocações existentes. Agora, já temos quatro anos de operação, de atividade, vai ser lançado o novo concurso, à partida será mais fácil afinar as necessidades deste concurso, sendo certo que o que resolve mesmo o problema da 4701 é transporte pesado de passageiros, e só há dois transportes pesados de passageiros, ou fluvial ou, neste caso, ferroviário. Por isso é esperar que a terceira ponte se conclua para que tenhamos acesso à ferrovia, ou então torcer e trabalhar positivamente para termos o terminal fluvial.

Dito isto, e para que não fique nada por responder, é um gosto voltar a vê-lo neste espaço, aqui o Deputado Municipal João Romba, que os outros não se sintam depreciados, mas é só porque é sempre um gosto reencontrá-lo, dizer-lhe obrigado pela questão que me coloca porque, realmente, é uma questão muito pertinente. Ali o que temos é uma situação deveras preocupante, em que está a haver passagem de água pela lateral, a estrutura está a deixar passar água, que pode pôr em causa toda a estrutura em si, motivo pelo qual não temos fechado as comportas, porque iria criar uma pressão enorme e que poderia levar ao colapso da estrutura, e todos entenderão o que é que eu quero dizer com colapso., por isso, uma falha estrutural da estrutura.

Nós já contactámos o gabinete de projetista, que fez inicialmente aquela solução, para avaliarmos aquela questão, já contactámos uma empresa para ir lá ao local em função das observações daquela empresa projetista, que apontou uma possível solução, já contactámos o LNEC, estamos a aguardar resposta, da mesma maneira que fizemos aqui na rua de São Sebastião. O LNEC é uma entidade credenciada e e com muito reconhecimento, por isso decidimos contactá-la, e já contactámos também, neste caso, o Porto de Lisboa, que demonstrou disponibilidade em nos auxiliar nessa matéria.

Por isso, estamos a fazer todo este trabalho em conjunto para tentar resolver um problema que a todos nos deve preocupar. Estamos a resolver, o mais rapidamente possível, esperemos e apelamos que as entidades nos respondam, agora também compreendo que o LNEC está mais que ocupado com outros problemas para resolver, fruto das intempéries que ocorreram na zona centro do país, mas espero que arranjem um bocadinho de tempo para nos virem auxiliar e dar resposta.

Há aqui uma questão que a vereadora Anabela queria responder, se me permitirem, passar a palavra à vereadora Anabela.”

Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Rosa

“Relativamente à observação feita pelo Sr. Deputado relativamente à taxa de absentismo, realmente, é verdade, é preocupante, e não é só esta realidade que nós temos, temos também a realidade de muitas pessoas nos chamados serviços melhorados, pessoas que já apresentam algumas incapacidades para desempenhar as suas funções e que nós fazemos todos os esforços para reintegrar essas pessoas. Garanto-lhe que o fazemos, e são muitas. As pessoas não vão já desempenhar aquelas funções, vão desempenhar outras. Acontece, Sr. Deputado, que já são em tão elevado número que nós já temos dificuldade em arranjar postos de trabalho adaptados a essas pessoas, portanto, em paralelo.

Não sei onde é que o senhor quer chegar com essa observação, não sei, mas garanto-lhe, porque as pessoas apresentam atestado médico, estão doentes, apresentam relatórios médicos e se faz fé relativamente a isso, que não é por falta de organização dos serviços, até porque isso tem sido motivo de grande debate e reflexão junto das respetivas chefias, junto do médico do trabalho, e garanto-lhe que também não é por falta de empenho do serviço de saúde ocupacional Posso lhe dizer que funciona muito bem e que nós temos técnicos bastante habilitados que, sistematicamente, visitam os locais de trabalho, fazem campanhas de prevenção, rastreios e campanhas de sensibilização.

Investimos imenso também nos equipamentos de proteção individual, no fardamento, nunca fizemos tanto como estamos a fazer agora e existe um elevado acompanhamento. Realmente é um facto que nós temos esta taxa elevada, assim como temos também de trabalhadores já com algumas incapacidades para realizarem as suas funções. É para refletir e vamos levar a reunião de Câmara para conhecimento, na próxima reunião, o balanço social, que poderá ajudar também a compreender este fenómeno.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Há mais inscrições?”

Presidente da União de Freguesias da Baixa de Banheira e Vale da Amoreira, Ana Teresa Fernandes, do Grupo Municipal da CDU

“Relativamente ao relatório que nos foi enviado, tenho aqui uma dúvida, na página 258, quando se refere aqui à limpeza do mercado municipal do Vale da Amoreira uma vez por semana. Queria tentar perceber do que é que se trata esta limpeza semanal, tendo em conta que no âmbito da delegação de competências, a gestão deste mercado está na alçada da Junta de Freguesia e quer neste mercado, tanto quanto eu sei, como no mercado de levante da Baixa de Banheira, esta limpeza é da responsabilidade da Junta de Freguesia, portanto, queria tentar perceber de que limpeza semanal se trata.

Relativamente ainda à questão da delegação de competências, 2026 tem sido um ano recheado de surpresas relativamente a todo este processo, penso que quer a Câmara Municipal, quer as Juntas de Freguesia são partes interessadas, mas devem ser também partes consideradas em todo este processo, portanto cumpra-se as fases do processo para que ele tenha um final feliz para todos nós.

E, por fim, no seguimento da última sessão da Assembleia Municipal, relativamente à recolha de resíduos na Baixa de Banheira e no Vale da Amoreira, continuam a verificar-se insuficiências na recolha, insuficiências na recolha também dos resíduos que são deixados no mercado levante à Baixa de Banheira. A justificação é que há sempre um camião avariado, pelos vistos a recolha de resíduos e os camiões que são utilizados avariam-se com muito mais frequência quando chegam à Baixa de Banheira e ao Vale da Amoreira. Gostaríamos que essa situação fosse acomodada e resolvida com relativa facilidade e rapidez.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu trago aqui três situações e duas observações. A primeira tem que ver com os elevadores da passagem desnivelada da Baixa de Banheira que estão avariados há quase dois anos. Em julho vai fazer dois anos. Isto não é um detalhe, é um obstáculo real à vida das pessoas que deixam de aceder à principal rua comercial do nosso concelho. É inaceitável. Foi prometido uma escada rolante em outubro de 2025, passaram mais de 200 dias e não há qualquer desenvolvimento visível. As promessas não resolvem problemas, as obras sim.

Ao mesmo tempo, agravam-se outros problemas como as pragas urbanas. Há relatos da presença de ratos junto ao mercado municipal da zona norte da Baixa de Banheira, no Parque José Afonso e em várias ruas do concelho, como no Pinhal D’ Areia, em especial na rua Humberto Delgado. Isto resulta de falhas claras na higiene urbana, na recolha de resíduos, na ausência de combate a estas pragas.

A CDU vai propor um Plano Municipal de Controlo de Pragas que permita interação com os municípios e assim acompanhar a realidade em tempo real, porque o que se exige é prevenção e responsabilidade e a participação de todos.

A CDU questionou o Executivo solicitando uma lista de repavimentações, ou seja, a lista de ruas repavimentadas no mandato passado e a lista de substituição de condutas de águas e esgotos. O Executivo não respondeu. Disse-nos para consultar os relatórios. Foi o que fizemos. Muito trabalho para chegarmos a duas tristes conclusões. Os relatórios estão mal feitos, e dificultou as consultas, e com menos recursos, cerca de metade do orçamento, a CDU, no último mandato em que geriu a Câmara, fez muito mais do que o PS. Cinco vezes mais repavimentações e quatro vezes mais substituições de condutas do que este Executivo.

Isto não é falta de dinheiro, é falta de capacidade e os municípios não podem continuar a pagar um preço muito elevado por isto.

Antes das duas observações, permitam-me só dar um conselho ao Sr. Presidente da Câmara. O Sr. Presidente da Câmara desculpa-se muito com a CDU, diz que há umas ruturas por causa da CDU, isto e aquilo. Foi o mesmo Presidente que alcatroou metade de uma estrada principal e que, mesmo assim, essa estrada tem problemas há mais de um mês. Sr. Presidente, primeiro, resolva lá o que faz e, já agora, não sou eu que quero saber, mas até acho engraçado, alcatroar só metade de uma estrada é um sinónimo de uma incompetência atroz.

Depois, o Sr. Presidente falou aqui que tem um estudo sobre a questão do funcionamento ali do dique, nós gostaríamos de pedir o estudo e vamos fazer um requerimento.

E também lhe quero dizer outra coisa, que é outra observação. Também fiz um requerimento sobre o muro da escola D. João I e a resposta que tenho, esta até nem demorou muito tempo, mas a resposta que tenho também é muito insatisfatória. Diz o Sr. Presidente que mandou sinalizar aquilo e que aguarda que o Governo resolva. Aquilo não está sinalizado ao tempo e os miúdos jogam lá todos os dias. Sinalizaram uma vez, ninguém ligou, eu próprio fiz a observação, podiam ter lá pelo menos ido ver, eu não lembro se havia fotografias ou não, e aquilo está perigoso e já caíram lá miúdos. Aquilo está perigoso, aquilo é uma escola onde andam centenas de alunos e é um campo de futebol onde se

deslocam centenas de atletas. Portanto, eu também acho que quando o Governo não faz, e é uma obra destas, que não é uma obra de monta, que a Câmara se podia substituir ao Governo e depois passar a conta.

Mais, Sr. Presidente, uma vez disse aqui “posso ser chamado à atenção”, então traga à Assembleia Municipal, nós aprovamos por maioria e assumimos todas as nossas responsabilidades. Agora, os alunos é que não podem ficar expostos a um perigo daqueles.”

Deputado Pedro Ribeiro do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Só queria comunicar ao Sr. Presidente que concordo que a solução passa pela aposta no transporte pesado de passageiros, nomeadamente pela ferrovia, mas esta só estará disponível quando estiver disponível a Terceira Travessia do Tejo, que não sabemos quando é que estará concluída. Até lá, os municípios gostariam de ter uma solução rápida e eficaz para as suas deslocações diárias para Lisboa. Este é um problema que preocupa muitos municípios e que é urgente resolver.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

«Quería só fazer algumas breves apreciações àquilo que tem sido falado aqui sobre o relatório de atividades e alguns temas que têm estado aqui em cima da mesa.

Em primeiro lugar, ao contrário da intervenção que foi feita aqui em representação da Junta de Freguesia da Moita, de facto, eu lamento que estes protocolos não tenham sido assinados, porque é só por desconhecimento que eles não foram assinados. Porque aquilo que estava aqui em cima da mesa, e estes protocolos que estavam aqui, foi basicamente uma formalização daquilo que já existia nos relatórios de descentralização de competências que existiam. E, basicamente, o que a DGAL fez foi, se estas competências, ao abrigo do decreto-lei, são competências que são transferíveis em auto para as juntas de freguesia, e se elas já estão ao abrigo de um contrato de descentralização de competências, então que se formalize essa descentralização de competências nas mesmas condições que elas já existiam.

É óbvio que as juntas de freguesia terão sempre a oportunidade para fazer o seu parecer, se conhecerem bem o processo sabem que depois de aprovado em Câmara existe um parecer por parte das juntas de freguesia e ainda tem que vir aqui à Assembleia Municipal para ser discutido, por isso isto é um processo de continuidade. E, basicamente, aquilo que foi aqui feito nesta decisão foi só mais uma irresponsabilidade para andarmos a adiar um problema que já existia. O que é que vai acontecer? Vai acontecer que vai haver aqui novos processos de negociação, o contrato de descentralização de competências vai-se manter até ele estar em vigor, vai continuar tudo igual como estava e vai-se ficar também com um problema nas mãos, que é um problema jurídico, que é a não transferência das competências por auto de transferência conforme está legislado e que é possível ser feito. Mas pronto, para quem recusou esta aprovação, assumirá depois as suas responsabilidades políticas pelo que fez.

Depois, sobre a questão do asfaltamento e dos temas levantados pelo Sr. Nuno Cavaco. Eu não sei qual é que é o interesse de nós estarmos aqui a fazer medições, mas a gente pode fazer sempre aqui, compramos os dois uma fita métrica e vamos os dois medir condutas, vamos os dois medir esgotos, vamos os dois medir se a estrada tem 3m de largo ou 2,5m de largo. O que interessa é aquilo que é a ação que se faz para os municípios e a resolução dos problemas que são feitas para os municípios.

No último mandato da CDU, já que o senhor gosta tanto de fazer medições, a CDU teve a capacidade e a decisão política de fazer um empréstimo de 1.200.000 euros para fazer asfaltamento. A decisão do Executivo do Partido Socialista não foi essa. Foi fazer uma rede nova de águas na Fonte da Prata, foi renovar a rede de águas na Vinha das Pedras, foi colocar uma adutora nova em Sarilhos Pequenos, foi fazer a intervenção que foi feita e que está ainda a ser concluída no Bairro 1º de Maio, no Penteadado.

São decisões e são opções, agora acho que não vale a pena estarmos aqui a medir o que é que foi feito e o que não foi feito. O Executivo do PS decidiu que tem que resolver as infraestruturas antes de fazer asfaltamento. Os senhores da CDU decidiram meter asfaltamento antes de tratar do problema das infraestruturas. É simples, são decisões políticas. O povo analisou e votou quem acha que tem a decisão política melhor. É simples.

Depois, ainda deixar nota que, ao contrário daquilo que o senhor diz, que é uma irresponsabilidade asfaltar meia estrada, na ex Estrada Nacional, em Alhos Vedros, é feito assim porque existe um contrato de urbanização naquela zona. E, existindo um contrato de urbanização naquela zona, existe reforço de infraestrutura e que está ao abrigo desse contrato de urbanização. Agora, o que os municípios não podiam era esperar que aquela via da estrada não fosse requalificada, e isso é que é importante dizer.

Foi feita metade da estrada, uma via da estrada, precisamente porque existia um contrato de urbanização que previa o reforço de infraestruturas pelo privado, mas as pessoas não podiam continuar

à espera, nomeadamente, naquela via que tinha mais necessidade de intervenção, e esperar mais tempo para que ela fosse reparada, e o município assumiu a responsabilidade de o fazer e fez, independentemente, de que existisse esse contrato de urbanização ou não, e por isso é importante que as pessoas saibam disto. Porque é muito fácil andarmos aqui e dizer “eu fiz mais uns metros de esgoto, o outro fez mais uns metros de água, o outro fez mais uns metros de betuminoso”, mas são opções políticas. A opção política do Executivo do PS foi esta e a vossa foi outra. O povo escolheu. Escolheu aquela que achou que deveria ser mais interessante para eles.»

Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Moreira. Ana Teresa Fernandes, do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Relativamente a esta questão dos contratos interadministrativos, autos de transferência, acho que era importante sermos um bocadinho sérios relativamente a todo este processo. Se assim era, se era uma formalização, então porque é que as Juntas de Freguesia não tiveram conhecimento, logo antes de fazerem aprovar os seus orçamentos para 2026, de que a transferência de verba não seria da Câmara Municipal, mas passaria a ser feita pela DGAL?

Portanto, não é uma mera formalização, há um processo que tem que ser feito, há um processo negocial, há um processo de discussão, quer na sua forma, quer no seu conteúdo. E eu acho, e vou repetir aquilo que disse há pouco, que todos nós somos partes interessadas, mas todos nós também temos que ser partes consideradas. Portanto, foi com manifesto de surpresa que, neste caso, a Junta de Freguesia soube de uma proposta a reunião de Câmara de autos de transferência que, no mínimo, deveria ter sido dado conhecimento às juntas de freguesia e não o foram, lamentavelmente.

Acho que, se pelo menos esse passo tivesse sido dado, se calhar, agora não estaríamos todos numa situação um bocadinho constrangedora, mas as boas práticas ficam para quem as pratica, na verdade. Eu penso, sinceramente, que há que retomar a boa articulação e a boa relação institucional que se tem entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. No mínimo é isso que se pede e que se exige.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“É só mesmo para encerrar, porque para além de não ter tempo também não temos interesse em estar com esta conversa de surdos.

Quem andou a dizer que a CDU não fez nada durante 46 anos não foi a CDU, como é evidente. E quem andou a dizer que não faz repavimentações sem fazer as obras por baixo também não foi a CDU. E, o exemplo que eu dei, é um exemplo atabalhoado, e desculpar-se com um contrato de urbanização? Quem define os contratos de urbanização é a Câmara. É a Câmara que define.

Mas mais, há coisas que não se percebem. Não vamos comparar, mas depois deu aqui uma série de obras, eu se fosse dar as obras da CDU, são 5 vezes mais, mas quero aqui lembrar ao Sr. Daniel Serpa, e lembro-o bem, que a CDU deixou os cofres da Câmara com dinheiro, o PS lançou umas notícias esquisitas a dizer que a CDU deixou dívida para cobrar, que agora é maior. Agora é maior, as imparidades são maiores agora e está tudo caladinho. E mais, e temos uma dívida escrita pela mão destes senhores de 26 milhões de euros, sem obra. O que está no relatório são 26 milhões de euros.

Não me diga que não leu o relatório, Sr. Presidente? Está lá 26 milhões de euros de dívida. 26 milhões, não fui eu que escrevi o relatório. Eu sei que os relatórios não estão muito bem feitos, mas 26 milhões sem obra, é obra Sr. Presidente.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Mais alguém das bancadas que ainda têm tempo quer dizer alguma coisa?”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Quería só deixar aqui umas notas à apreciação da Sra. Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira.

Eu, pelo que tive conhecimento, a Sra. Presidente teve informação de que os autos de transferência iam ser feitos, pelo menos foi o que ouvi. E que foi explicado à Sra. Presidente de Junta que aquilo que eram as competências que estavam no contrato de descentralização de competências e que estavam no abrigo daquilo que era a legislação em vigor para o auto de transferência de competências, elas iam passar. Não sei porque é que a Sra. Presidente diz que não foi consultada. Eu, pelo que tenho conhecimento, o Executivo informou a Sra. Presidente em reunião, precisamente que isso ia ser feito, e por isso, alegar aqui nesta Assembleia que tem desconhecimento que isto ia ser feito, é de facto

estranho porque a Sra. Presidente teve conhecimento, efetivamente, numa reunião que teve com o Executivo da Moita.

E mais, nessa reunião até lhe foi dito, pela informação que eu tenho, que mais para a frente iria ser negociado com as Juntas de Freguesia todas as outras competências que estão ao abrigo do decreto-lei, e que as Juntas de Freguesia tivessem essa vontade de fazer também essa auto de transferência de competências definitiva para as Juntas de Freguesia. Por isso, de facto aqui desconheço e acho estranho que a Sra. Presidente venha dizer que não foi consultada.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Deu por concluída a Sessão e deu indicação à 1ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da 2ª Reunião da Sessão foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, dois do PSD, um do BE.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a Sessão, eram vinte e duas horas e vinte e seis minutos do dia quatro de maio de dois mil e vinte e seis.

O Presidente

A 1ª Secretária

O 2º Secretário

António Duro

Ana Rita Neto

Daniel Justo

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA
XIV MANDATO 2025 - 2029
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 01.05.2026 A 04.05.2026
EM CONFORMIDADE COM O Nº6 DO ARTIGO 47º DO REGIMENTO

Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
052	02-05-2026	João Carlos Alves Faim	Solicita a sua substituição na 2ª Reunião da Sessão Ordinária de abril, a realizar no dia 04/05/2026
053	02-05-2026	Susana Isabel Horta Martins	Solicita a sua substituição na 2ª Reunião da Sessão Ordinária de abril, a realizar no dia 04/05/2026
054	03-05-2026	Coordenador do Grupo Municipal do Partido CHEGA - Deputado Vítor Cardoso	Solicita a substituição de Valter Fradinho Vidigal Antunes na 2ª Reunião da Sessão Ordinária de abril, a realizar no dia 04/05/2026
055	03-05-2026	Marina Isabel Gonçalves Martins	Solicita a sua substituição na 2ª Reunião da Sessão Ordinária de abril, a realizar no dia 04/05/2026